INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

Tabela 1. Relação de instrumentos de execução utilizando com o fito de atingir o objetivo da política de proteção territorial de terras indígenas. Atualizado em outubro de 2020.

Instrumento[1]	Total de Instrumentos	Situação (% total instrumentos)	Emenda Parlamentar (% do valor total)	Valor Total
ACT	3	Em execução; Em planejamento; Análise de propostas	Não se aplica	Não disponível
Termo de Cooperação	1	Em execução	Não se aplica	Montante não disponível, por se tratar de negociação entre a Norte Energia e a empresa executora do CMR
Acordo de Cooperação Financeira	1	Análise de propostas	Não se aplica	O montante é distribuído por CG, na atual fase ainda não foi definido

[1]Os contratos (processos licitatórios) para efetivação das ações de proteção territorial são executados e centralizados pelas Coordenações Regionais. Portanto, recomendo consulta à CGRL quanto ao levantamento desses instrumentos.

INDICADORES

Sistema de monitoramento interno da Política

Nome do Indicador: Percentual de terras e reservas indígenas atendidas				Meta				Resultado						
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2020	2021	2022	2023	2020				2021	2022	2023
								1°	2°	3°	4°			
(TIs Atendidas / Total de TIs) * 100	Positiva	Relatório de Atividade Executada - RAE	Trimestral	10%	20%	30%	40%	8,4%				--	--	--
Total de TIs	747 (SEI 2494073)													
Meta	Atender 40% das TIs													
Data da Última Coleta	21/10/2020													

PROJETO ESTRATÉGICO – "Rede de Proteção Territorial e Ambiental de Terras Indígenas com Utilização do Centro de Monitoramento Remoto-CMR/Funai"

No Planejamento Estratégico da Funai para o ciclo 2020-2023 o CMR foi inserido como um Projeto Estratégico da Funai e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, intitulado "Rede de Proteção Territorial e Ambiental de Terras Indígenas com Utilização do Centro de Monitoramento Remoto-CMR/Funai". O objetivo desse projeto estratégico é estabelecer uma rede de órgãos e instituições federais e estaduais com a utilização da infraestrutura do CMR, com a finalidade de gerar respostas mais rápidas e adequadas às ameaças contra os territórios indígenas detectadas pelo sistema.

Execução do cronograma do projeto

Em reunião no Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima/Ibama), foi apresentado a equipe de servidores desta Fundação um modelo que visa elencar os polígonos de desmatamento mais críticos, essa reunião faz parte da Etapa 1: Estabelecimento de proposta dos níveis de alertas de danos.

A definição dos polígonos mais críticos se dá por meio de índice de prioridade e análise multicritério, em que pesos são indexados às variáveis. Exemplos de variáveis do modelo: acessibilidade, velocidade de desmatamento, desmatamento em áreas protegidas (terras indígenas, unidades de conservação...).

Nesta reunião, foi discutida a construção de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) de modo que o referido modelo fosse usado para a definição dos alertas do CMR.

Após essas tratativas, os dados de desmatamento (corte raso, degradação e desmatamento em regeneração) apurados pelo CMR entre 2019 e 2020 foram processados através de uma técnica de Análise Multicritério para priorizar os polígonos de desmatamento para atuação da Funai e órgãos parceiros ligados a temática proteção ambiental e territorial e forças de segurança.

Em 06.10.2020 um seminário foi realizado para discutir com as áreas técnicas responsáveis pela proteção territorial das TIs brasileiras ajustes e melhorias do modelo. Os participantes foram: Alcir Amaral Teixeira (Coordenador-Geral de Monitoramento Territorial;CGMT-Funai); Greison Moreira de Souza (Coordenador de Informação Territorial/CGMT-Funai); Juliana de Almeida (Coordenadora de Fiscalização/CGMT-Funai); Isolde Lando (Indigenista Especializada/CGMT-Funai); Camila Bonassio (Indigenista Especializado/CR-CLPA-Funai); Cristina Beneditti (Coordenação de Monitoramento Territorial/Censipam); Major Otemar Maia Bianchini (Coordenação de Planejamento e Operações/Força Nacional); Daniel Moraes de Freitas (Analista Ambiental/Cenima-Ibama); Rodrigo Antônio de Souza (Analista Ambiental/Cenima-Ibama); Rodrigo Lery (Coordenação de Análise de Inteligência/ABIN); Raoni da Rosa (Indigenista Especializada/CR-CLPA-Funai); Felipe Carmona (Abin); Kelly Borges (Analista Ambiental/Divisão de Monitoramento e Informação Ambiental-ICMBio); Fernanda Nunes (Indigenista Especializada/CGGAM-Funai); Brenno Alves (Oficial de Inteligência/Abin); Guilherme Martins (Indigenista Especializada/CGIIRC-Funai); Carlos Martins (Coordenação de Coleta Estruturada e Inovação/Abin); Cecília Pires Woortmann (CGGAM-Funai); José Augusto (CGETNO-Funai); Marcelo Torres (CGIIRC-Funai); Kenedy Silva (CGPDS-Funai); Paulo Teixeira de Souza Oliveira (Delegado/PF); Rafael Marques (Chefe do Serviço de Análise/CGMT-Funai); Harlane Magalhães (CGGE-Funai); João Francisco Goulart dos Santos (CGGE-Funai); Juan Orozco Filho (ICMBio); Bernardo Alves (Abin); Nathali Germano dos Santos (CGGAM-Funai); Hermes Oliveira (CGGAM-Funai); Miguel Archanjo Bacellar Goes Telles Jr (Censipam); Janilze Chaves Oliveira (CGGE-Funai); Thiago Bortoleto Rodrigues (Censipam); Bernardo de Araújo Moraes Trovão (SFB).

Paralelamente, conduziu-se, em conjunto com a CGGE, o Mapeamento de Processo. As tratativas encontram-se no processo 08620.004110/2020-15.

Pontos positivos e negativos durante a execução do cronograma e as soluções propostas para enfrentamento dos pontos negativos.

Negativos: (i) Carência de servidores; (ii) Dependência de órgãos externos para dar prosseguimento as etapas do projeto; (iii) Emergência em saúde pública causada pelo novo coronavírus (covid-19) que demandou dedicação quase integral dos servidores da CGMT; (iv) Interrupção temporária do CMR.

Soluções: Solicitação de concurso para provimento de cargos de nível superior e médio; a Funai absorver a operação do CMR com os seus próprios recursos.

Positivos: (i) Seminário para analisar os resultados do modelo de priorização dos polígonos de desmatamento; (ii) Grande adesão pelos órgãos federais ao projeto; (iii) Reativação da operação do CMR.

Os principais desafios são: manter a operação do CMR e cumprir o cronograma do projeto em face da carência de servidores. Como oportunidade, é estreitar a relação com os órgãos da esfera federal que atuam na proteção territorial e ambiental e forças de segurança.

ANÁLISE DO RESULTADO

A aferição da meta foi realizada por meio dos Relatórios de Atividades Executadas (RAEs) elaborados pelas Coordenações Regionais da Funai, as unidades que executam diretamente a política *in loco*.

O resultado da meta está abaixo com o que de fato foi executado no âmbito da política da CGMT, posto que foram remetidos a esta CGMT poucos RAEs das ações/projetos executadas em 2020. O envio dos RAEs está atrasado, uma vez que as unidades descentralizadas apresentam carência de servidores e, em agravo, a pandemia da covid-19 demandou grande tempo de dedicação desses servidores.

Até o momento deste relatório, são os seguintes pontos positivos:

Implementação e suporte a aproximadamente 300 barreiras sanitárias e postos de controle de acesso em todo o território nacional, que visam evitar a proliferação e contágio da covid-19 nas comunidades indígenas.

Medida Provisória nº 1005 de 30 setembro de 2020 que autorizou, de forma excepcional e temporária a efetuar diretamente o pagamento de diárias a servidores públicos e militares integrantes dos órgãos de segurança pública estaduais e distritais que atuarão na proteção de as barreiras sanitárias.

Instalação de aproximadamente 40 terminais GESACs e locais remotos na Amazônia Legal.

Como pontos negativos, salienta-se:

Pandemia da covid-19 que alterou o planejamento inicial desta CGMT. Restrição de instalação de antenas GESACs em aldeias indígenas. Interrupção do CMR no período de março a setembro de 2020. Restrição de pagamento de diárias a colaboradores eventuais (Policial Militar), que fragiliza a efetividade das barreiras sanitárias e postos de controle de acesso.

Soluções elaboradas para enfrentar os pontos negativos

Implementação de barreiras sanitárias e postos de controle de acesso. Judicialização do processo do CMR, devido a sua interrupção pela Norte Energia, que a forçou, liminarmente, a retomar a operação do CMR. Medida Provisória nº 1005 de 30 setembro de 2020 que autorizou, de forma excepcional e temporária a efetuar diretamente o pagamento de diárias a servidores públicos e militares integrantes dos órgãos de segurança pública estaduais e distritais que atuarão na proteção de as barreiras sanitárias.

RISCOS

Matriz de riscos:

Tipo de Risco (1) Operacional (2)Imagem/reputação do órgão (3) Legais (4)Financeiros/orçamentários (5) Integridade	Evento de Risco	Gravidade (impacto potencial)	Tendência (probab. de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco: (1) Aceitar o risco (2) Reduzir o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
4	Insuficiência de recursos financeiros	Extremo	Alta	Identificar e consolidar fontes alternativas de apoios financeiros.	2
1	Insuficiência recursos humanos e sua distribuição desapropriada da força de trabalho	Extremo	Alta	Realizar Concurso Externo. Realizar Concurso Interno de Remoção. Identificar e consolidar parcerias referentes a cooperações técnicas	2
1	Interrupção do CMR	Extremo	Alta	Manter a operação contínua do CMR	4
1	Problemas (logísticos/operacionais/administrativos) relativos à execução finalística das ações de etnodesenvolvimento, por parte das CRs e CTLs.	Alto	Média	Aprimorar mecanismos de gestão. Aprimorar a comunicação com as Unidades Regionais. Concentrar/Unificar os processos e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços	2
3	Constantes iniciativas legislativas de alteração do marco legal que afeta o tema	Alto	Alta	Promover espaços interinstitucionais de concertação. Promover articulação com as casas legislativas com o objetivo de qualificar as iniciativas	2

1,5	**Terras indígenas ocupadas por não-indígenas (intrusadas)**	**Alto**	**Alta**	**Promover ações efetivas de extrusão de não indígenas após o processo de regularização de TIs**	**2**

Artefato de controles implementados:

Evento de Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle Proposto/Plano de Contingência	Tipo de Controle	Mecanismo de Implementação	Responsável	Início	Fim
Insuficiência de recursos financeiros	**Médio**	**(2) Reduzir o risco**	**Identificar e consolidar fontes alternativas de apoios financeiros.**	**Preventivo**	**Não representou um entrave para a implementação da política**	**CGMT**	**Janeiro**	**Setembro**
Insuficiência de recursos humanos e sua distribuição desapropriada da força de trabalho	**Extremo**	**(2) Reduzir o risco**	**Realizar Concurso Externo. Realizar Concurso Interno de Remoção. Identificar e consolidar parcerias referentes a cooperações técnicas**	**Preventivo**	**Constituição de força tarefa nesta CGMT.** **Deslocamento de servidores entre Coordenações Regionais.** **Uso de força policial para reforçar e aumentar a efetividade das barreiras sanitárias e postos de controle de acesso, a Medida Provisória nº 1005 de 30 setembro de 2020 autorizou, de forma excepcional e temporária a Funai efetuar diretamente o pagamento de diárias a servidores públicos e militares integrantes dos órgãos de segurança pública estaduais e distritais que atuarão na proteção de as barreiras sanitárias.**	**CGMT**	**Janeiro**	**Setembro**
Interrupção do CMR	**Extremo**	**(4) Evitar o risco**	**Manter a operação contínua do CMR**	**Preventivo**	**O CMR foi interrompido entre março a setembro de 2020, com isso a justiça foi acionada para que a Norte Energia fosse obrigada a retomar a operação do CMR. Com isso, a Funai teve decisão favorável para a retomada do CMR, que se encontra em operação atualmente.** **Está em elaboração o Termo de referência para contratação de serviços para operação do CMR por meio dos**	**Coit**	**Janeiro**	**Setembro**

					recursos do kfw.			
Problemas (logísticos/operacionais/administrativos) relativos à execução finalística das ações de proteção territorial, por parte das CRs e CTLs.	Alto	(2) Reduzir o risco	Aprimorar mecanismos de gestão. Aprimorar a comunicação com as Unidades Regionais. Concentrar/Unificar os processos e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços	Preventivo	CRs que apresentam melhor estrutura logística, operacional e administrativa apoiar as CRs em situação pior.	CGMT	Janeiro	Setembro
Constantes iniciativas legislativas de alteração do marco legal que afeta o tema	Médio	(2) Reduzir o risco	Promover espaços interinstitucionais de concertação. Promover articulação com as casas legislativas com o objetivo de qualificar as iniciativas	Corretivo	Não representou um entrave para a implementação da política	CGMT	Janeiro	Setembro
Terras indígenas ocupadas por não-indígenas (intrusadas)	Alto	(3) Transferir o risco	Promover ações efetivas de extrusão de não indígenas após o processo de regularização de TIs	Preventivo	Apoio de outros órgãos para apoiar na execução da ação.	Cofis	Janeiro	Setembro

CONCLUSÃO

O maior desafio para o próximo trimestre é a implementação de um sistema que permita acompanhar a execução das atividades de proteção territorial. O instrumento utilizado, Relatório de Atividade Executada (RAE), demanda tempo para a sua elaboração e diante da escassez de recursos humanos na Funai sede e nas unidades descentralizadas, além da pandemia da covid-19 que requereu grande tempo de dedicação dos servidores em campo para a execução das barreiras sanitárias e postos de controle de acesso, todos esses fatores conduziram para que esse documento seja disponibilizado com um grande atraso. Assim, esse cenário impede mensurar corretamente a quantidade de TIs atendidas com ações de proteção territorial, consequentemente, inviabiliza o monitoramento adequado da política da CGMT.